

# O desmonte do IAC

CARLOS JORGE  
ROSSETTO

Ingressei no Instituto Agronômico de Campinas em 1961, com 22 anos e aposentei em 2009, faltando três dias para os 70 anos, devido à compulsória. Na década de 1960, a Seção de Virologia do Instituto Agronômico de Campinas tinha 9 pesquisadores. Particpei, em 1967, do Primeiro Congresso Brasileiro de Fitopatologia, realizado no auditório do pavilhão de Horticultura da Esalq, em Piracicaba. Nesse Congresso de fitopatologistas de todo o Brasil, a equipe da Seção de Virologia do Instituto Agronômico apresentou cerca da metade de todos os trabalhos científicos. Hoje essa equipe tem apenas dois pesquisadores, já com tempo para se aposentarem. Na década de 1990, a equipe de pesquisadores da Seção de Algodão tinha 8 pesquisadores, sem contar outros três que trabalhavam com algodão na Seção de Tecnologia de Fibras. Desses 8 pesquisadores, resta hoje na equipe de algodão apenas 1, já com tempo para se aposentar e mais um da então equipe de tecnologia de fibras.

Esses fatos é que denominam de desmonte do Instituto Agronômico de Campinas. O Instituto era como um continente ativo. Hoje, se assemelha a um arquipélago, com algumas unidades ainda ativas, como os centros de café e de citrus. Para um pesquisador aposentado, que trabalhou no IAC na década de 1960, é muito triste caminhar hoje no Centro Experimental do Instituto Agronômico em Campinas e ver as estufas abandonadas da antiga uni-

dade de virologia e outras estufas e ripados, antigamente ativos. Isso não é conhecido do público. Feito o desmonte, agora o governo do estado de São Paulo se prepara para privatizar o Instituto Agronômico de Campinas, com base no PLC 77 de 2015, recém-aprovado. Essa privatização, que na minha opinião deve ocorrer em 2016, foi prevista em 2006, em trabalho que apresentei no IV Congresso Brasileiro de Melhoramento de Plantas, realizado em São Lourenço-MG.

Os apoiadores da privatização do Estado acreditam que o setor privado pode substituir o setor público. No caso da pesquisa, ciência e tecnologia, isso não é verdadeiro. A pesquisa privada tem objetivo comercial e financeiro, o foco é o lucro. Na pesquisa pública, o foco é social ou ambiental. O principal objetivo do Instituto Agronômico de Campinas sempre foi o melhoramento vegetal. Para que a diferença entre o melhoramento público e o privado seja entendida, vou dar dois exemplos de melhoramento vegetal, um privado com foco no lucro, e um público, do Instituto Agronô-

co da Campinas, com foco social. O herbicida mais conhecido do mundo é o glifosato. Seu fabricante descobriu uma bactéria tolerante ao herbicida. Graças à biologia molecular, conseguiu transferir a tolerância ao glifosato dessa bactéria para a planta de soja. A cultivar de soja transgênica tolerante ao glifosato dá duplo lucro ao fabricante do herbicida, com a venda do próprio herbicida e da semente a ele tolerante. Isso em parte é bom para o agricultor, porque facilita a aplicação do herbicida, que antes só podia ser aplicado em pré-plantio e agora pode ser aplicado com a cultura já germinada. Mas o problema é que as folhas da planta tolerante absorvem o herbicida aplicado, que se armazena na semente que será comercializada para utilização como alimento. Para comercializar o grão da nova cultivar tolerante ao herbicida, a empresa precisou obter um aumento de 50 vezes no limite de resíduo do glifosato permitido no grão de soja. É claro que esse melhoramento privado foi bom para a empresa, foi em parte bom para o agricultor, mas foi nocivo

ao consumidor, que tem que comer 50 vezes mais resíduo de herbicida do que comeria com a cultivar não tolerante.

Esse é um exemplo típico de melhoramento privado com objetivo de lucro. Agora vou dar um exemplo de melhoramento público, sem objetivo de lucro e com objetivo social. A mandioca, nativa do Brasil, é um dos alimentos mais comuns em todo território brasileiro. As cultivares de mandioca comercializadas no Estado de São Paulo eram, na maioria, de cor branca, sem caroteno ou pró-vitamina A. A cultivar Ouro do Vale tinha cor amarela, mas era pouco cultivada devido a limitações agrônomicas. Foi feito, pela equipe de pesquisadores de mandioca do Instituto Agronômico, um programa de hibridação e seleção que resultou em cultivares de mandioca amarela como a IAC 574/70, com qualidade agrônômica e nutricional, que substituiu em todo Estado as cultivares brancas. As cultivares amarelas de mandioca obtidas pelo IAC foram propagadas livremente, sem nenhuma burocracia ou barreira de propriedade intelectual. Hoje o povo paulista consome mandioca amarela, rica em caroteno, de alta qualidade nutricional. O Instituto Agronômico de Campinas não teve nenhum lucro direto com esse trabalho, que todavia teve um enorme efeito social para o povo paulista.

A pesquisa privada não substitui a pesquisa pública e o povo paulista será penalizado pela privatização do Instituto Agronômico de Campinas em 2016.



■ ■ ■ Carlos Jorge Rossetto é pesquisador aposentado, segundo vice-presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APQ/C)